

ASSEMBLEIA DA APROPUC

PROFESSORES APROFUNDAM DISCUSSÃO SOBRE CONDIÇÕES DE TRABALHO

Na primeira assembleia dos professores deste ano, realizada de modo virtual, em 25/02, os docentes fizeram uma rica discussão sobre as condições de trabalho vigentes na PUC-SP.

O início do semestre trouxe grandes preocupações para boa parte dos docentes, com a diminuição do número de ingressantes no concurso vestibular. Os presentes relataram diminuições de contratos relativos ao fechamento ou diminuição de turmas. O presidente da APROPUC, João Batista Teixeira, relatou as informações colhidas nas reuniões da associação com a reitoria e possíveis providências que começam a ser tomadas. Ao mesmo tempo os docentes foram informados da convocação de reuniões gerais por curso, com alunos e professores, para que a situação de cada unidade seja debatida.

Também circula a ideia de reformulação de grades curriculares para possíveis junções de turmas com afinidades. Esse procedimento foi alvo de críticas dos professores, uma vez que pode conduzir à exclusão de professores, que irão certamen-

te engrossar o famoso “limbo”, situação caracterizada por professores com pouca ou nenhuma carga horária, e que, também, não são demitidos.

Problema estrutural

A professora Madalena Guasco Peixoto, diretora da Faculdade de Educação, lembrou que o problema tem raízes mais profundas, que esbarram nas políticas educacionais implantadas principalmente nas gestões Bolsonaro e Michel Temer, com a concorrência desleal do capital aberto, demandando vagas ociosas nas universidades de qualidade. Para a professora, a solução ilegal de transformar disciplinas curriculares em tutorias (prática adotada também pela PUC-SP) vem degradando cada vez mais o ensino e o trabalho de professores.

Já o professor Luiz Augusto de Paula Souza, o Tuto, da FACHS, criticou o archo dos contratos promovido pela Fundasp e retomou a ideia de se desvincular a viabilização de turmas através unicamente do número

de matriculados. Segundo o professor caberia adotar-se uma política mais flexível que relacione o número de ingressantes com o número real de vagas oferecidas na disciplina.

Questionário da APROPUC

Já o diretor da APROPUC Arnaldo Mazzei, da Faculdade de Economia e Administração, levantou a necessidade de se incorporar realmente a pesquisa ao contrato docente, que até o ano passado estava somente anexada através de publicações acadêmicas, e mesmo assim tiveram suas verbas cortadas pela Fundasp. Assinalou o professor que é por meio dessas políticas que a Fundasp vem normalizando a precarização do trabalho na PUC-SP.

Essa situação de rebaixamento das condições de trabalho docente levou a APROPUC a idealizar um questionário, que deverá circular entre todos os docentes da universidade, para mapear a real situação contratual e embasar futuras ações da associação. A vice-presidente da APROPUC, Elaine Trindade, da

Faficla, e o próprio Arnaldo Mazzei, detalharam como deverá acontecer a pesquisa que, por meio de um formulário anônimo, irá analisar estatisticamente a situação dos docentes da universidade e revelar o que aconteceu com seus contratos nos últimos anos. O formulário será enviado no mês de março para todos os docentes e, foi lembrado na assembleia, a importância do preenchimento desse questionário por todos os docentes para que saibamos com clareza a real situação das condições de trabalho na PUC-SP.

Eleições para diretoria

Na assembleia também foram aprovados os nomes que irão compor a Comissão Eleitoral, que irá formular as normas e calendário para o pleito de renovação da diretoria da APROPUC. Foram aprovados os nomes das professoras Leila Cristina Melo Darin e Vera Lucia Cabrera Duarte, ambas da Faficla, e Paulo Roberto Oliveira, da FEA.

O mandato da atual gestão

Continuação da página anterior

Comissão eleitoral divulga calendário das eleições da AFAPUC

termina em 30/4 e já foram definidos os dias 28, 29 e 30/4 para a realização do pleito, que irá acontecer de maneira virtual.

Os professores também foram informados do andamento das negociações da campanha salarial 2025 (veja matéria na página 06) e do vencimento de nosso acordo interno de trabalho que expira em 30/04/2025 e cujas negociações devem ter início em breve.

A APROPUC informou aos presentes da entrada de dois recursos da Fundasp junto ao Superior Tribunal de Justiça, STJ e Supremo Tribunal Federal, STF, reivindicando o pagamento de verbas referentes a danos morais pelas associações, em virtude de publicação de matéria crítica no **PUCviva 1199**, 14/07/2023, sobre a nova tabela de contratos docentes para professores contratados após 13/07/2023. Vale ressaltar que a APROPUC e a AFAPUC venceram, em primeira e segunda instâncias, a ação interposta pela Fundasp.

No início da assembleia, o presidente João Batista Teixeira também informou sobre o falecimento do ex-reitor da PUC-SP, professor Dirceu de Mello, e da carta de solidariedade aos amigos e familiares envida pela APROPUC (veja íntegra na página 3 desta edição).

A Comissão Eleitoral dos funcionários, designada para comandar as eleições para diretoria e conselho fiscal da AFAPUC divulgou o calendário eleitoral para o pleito.

O processo tem início no dia 01/04 com a inscrição de chapas e termina em 05/05 com a posse da diretoria eleita. Ao lado transcrevemos as datas designadas pela Comissão. Os documentos/normas para a inscrição das chapas estão disponíveis no site

www.afapuc.org.br.

CALENÁRIO DAS ELEIÇÕES DA AFAPUC	
01 a 07/04/2025	Inscrição das chapas
10/04/2025	Divulgação das chapas inscritas
14/04/2025	Publicação da lista de associados aptos à votação
15 a 22/04/2025	Campanha Eleitoral
24 a 28/04/2025	Votação on-line
29/04/2025	Apuração dos votos e publicação dos resultados
05/05/2025	Assembleia Geral e posse da chapa eleita

Consun aprova normas para o processo eleitoral de 2025

O Conselho Universitário de fevereiro aprovou as normas para o processo eleitoral de 2025, que deverá eleger novas Direções de Faculdade, Chefias de Departamento, Coordenações de Graduação e Pós, Coordenadores dos Créditos Teológicos, Programas de Residência Médica e de Residência Multiprofissional em Saúde e em Área Profissional da Saúde e Representações Docentes nos Conselhos Superiores da universidade.

Pelo cronograma aprovado as

eleições deveriam ocorrer entre 19 e 21/05 porém, por sugestão da professora Madalena Peixoto, as datas de votação, que deverão acontecer virtualmente, passarão para quatro dias, e não três, como constava na minuta. Também foi melhor explicitada no texto a participação dos funcionários no pleito.

Foram também aprovados por unanimidade os documentos referentes ao Plano de Desenvolvimento Institucional, PDI e o Relatório de Atividades re-

ferentes ao ano de 2024. Foram aprovadas as concessões de títulos de professor emérito aos docentes Wagner Balera e Luiz Alberto Davi Araujo, ambos da Faculdade de Direito. O Reitor, professor Vidal Serrano, informou que o título de Doutora Honoris Causa a ser concedido à ex-professora Luiza Erundina acontecerá no dia 11/04. A sessão do Conselho foi iniciada com a observação de um minuto de silêncio pela morte do ex-reitor Dirceu de Mello.

Impacto paga diferenças salariais dos funcionários da limpeza

A empresa Impacto, responsável pelo serviço de limpeza da PUC-SP, efetuou o pagamento dos valores de salário e Vale Refeição que não foram devidamente incorporados

aos salários de janeiro. Os funcionários da limpeza relataram à diretoria da AFA-PUC as diferenças salariais a menor constantes em seus salários. Após a publicação

da reclamação, na sexta-feira, 21/02, no PUCviva, a empresa efetuou o pagamento e informou à Afapuc a ocorrência de um erro na elaboração da folha de pagamento.



Publicação da Associação dos Professores da PUC-SP e da Associação dos Funcionários da PUC-SP

Edição: Valdir Mengardo

Reportagem e Fotos: Sthefane Mattos

Revisão: Marina D'Aquino

Arte /Editoração : Valdir Mengardo e Ana Lucia Guimarães

Conselho Editorial: João Batista Teixeira da Silva, Elaine Alves Trindade, Victoria C. Weischtordt, Regina Gadelha, Maria Helena Gonçalves Soares Borges e Sandra Costa

APROPUC: Rua Bartira, 407 - Cep 05009-000 - Fone 3872-2685

AFAPUC: Rua Ministro Godoy, 1055 - Fone 3670-8208

PUCviva: Fone/WhatsApp: 3872-2685

Correio Eletrônico: pucviva.jornal@uol.com.br

Pucviva na internet: www.apropucsp.org.br

DIRCEU DE MELLO



Na segunda-feira, 24/02, a PUC-SP perdeu uma de suas principais referências na sua história recente: morreu o professor e ex-reitor Dirceu de Mello, aos 95 anos.

O professor ocupou praticamente todos os cargos administrativos e docentes na PUC-SP, desde a chefia de departamento, direção de centro, conselheiro do Consun, sempre na Faculdade de Direito, até chegar a reitor em 2009, tendo sido reeleito em 2012, quando o Grão-Chanceler D. Odilo Scherer não referendou o nome do professor.

A trajetória profissional de Dirceu também foi um exemplo de luta pela democracia. Desde 1954 ocupou os mais diversos cargos na Justiça de São Paulo, tanto

no Ministério Público, como no Tribunal de Justiça, onde foi presidente entre os anos 1998/99. Junto com Hélio Bicudo, combateu o Esquadrão da Morte, grupo de extermínio, surgido na década de 60, formado por policiais, membros do Poder Executivo, do Poder Judiciário e do Empresariado. Dirceu denunciou o Delegado Sérgio Fernando Paranhos Fleury e outros policiais pelos crimes cometidos, o que custou a inclusão de seu nome no Serviço Nacional de Informação, SNI.

Na PUC-SP, o professor Dirceu sempre teve uma postura combativa, colocando-se em 1977 ao lado da reitora Nadir Kfourri na defesa da universidade contra a invasão da PUC-

-SP pelas tropas do coronel Erasmo Dias.

Na luta por melhores condições de trabalho, Dirceu sempre esteve ao lado dos docentes, sendo um dos associados-fundadores da APROPUC. Em sua gestão como reitor, manteve, como poucos reitores, as portas da Reitoria abertas para as associações. Como conselheiro do Consun, demonstrou uma posição de firmeza contra as demissões em massa de 2006, durante a gestão da professora Maura Veras e, no exercício de seu mandato, sempre procurava posicionar-se ao lado dos professores e funcionários em face das posturas da mantenedora.

Um dos momentos mais tristes da universidade ocorreu em 2012 quando a Fundasp

informou ao reitor que, apesar da escolha de Dirceu pela comunidade, a nomeada pelo Cardeal Dom Odilo Scherer era a professora Anna Cintra, última colocada no pleito. A diretoria da APROPUC estava presente no infausto momento e pode constatar que, apesar da tristeza que se instalou na Reitoria e em toda comunidade, Dirceu mostrava firmeza e dignidade, mesmo com uma situação tão adversa.

A missa de sétimo dia do professor Dirceu de Mello será celebrada no dia 02/03, na Capela da PUC-SP, às 11h. Nesta edição publicamos uma nota de pesar da APROPUC e um artigo do professor Antonio Vico Mañas, da Fea, que foi eleito vice-reitor na gestão do professor Dir-

Professor Doutor Dirceu de Mello

Desembargador, Reitor, Dirceu nos deixou. Bastaria dizer que lhe desejo um bom descanso ou que foi descansar após uma série de anos bem vividos, mas penso que poderia ter tardado um pouco mais para esse descanso.

Afirmo isso com base em mais ou menos quatro anos e meio de convivência profissional direta. O conhecia antes e mantive contato de-

pois. Estes últimos eram pequenos, mas um pouco no período eleitoral e quatro anos como vice aos seu lado foram mais intensos.

O Dr. Prof. Dirceu se foi e como pessoa, teve seus momentos de bom homem, bom colega, bom pai e claro, bom profissional. Era inteligente, sagaz, bom político, sabia se manter rodeado de pessoas que somavam. Comprava ideias e as procu-

rava implementar. Com ele, aprendi algumas coisas e obviamente tivemos nossas divergências profissionais aqui na nossa PUCSP. E como ele mesmo comentou, nessas divergências ambos aprendemos e a instituição como consequência deveria sair sempre beneficiada. Deixa um histórico invejável, deixa uma série de passos que ajudaram a PUCSP a enriquecer num período em

que ela enriquecia. Só posso acrescentar estas linhas, para não falar em homenagem, que perdemos alguém que provocava movimento e ação. Oxalá suas boas lições sejam incorporadas aos movimentos e ações de que tanto precisamos.

Desejo, pois, que tenha seu merecido descanso.

Prof. Dr. Antonio Vico Mañas

Nota da APROPUC sobre o falecimento do professor Dirceu de Mello

É com pesar, que a APROPUCSP- Associação dos Professores da PUC-SP recebeu a triste notícia do passamento do Prof. Dr. Dirceu de Mello, reitor da Universidade na gestão de 2009-2012.

O Prof. Dr. Dirceu de Mello foi um dos associados-fundadores da APROPUCSP em 1976, durante os anos tenebrosos da Ditadura Militar, fato que mostra a sua preocupação, na época, com todos os percalços que os professores sofriam.

Compreendendo a importância de se discutir as

questões de ensino e trabalho coletivamente, o Prof. Dirceu durante todo o período que esteve vinculado à PUC-SP se manteve associado à APROPUCSP e fazia questão de votar nas eleições das diretorias. Sua gestão como Reitor, bem como a de sua equipe de pró-reitores, primou pelo diálogo democrático e “portas abertas” às demandas dos professores no intuito de tornar a Universidade socialmente relevante e mais justa.

A lacuna deixada pelo Prof. Dirceu está, em parte, preenchida por muitos de seus alunos, orientandos e admirado-



Durante o processo eleitoral de 2009, o então candidato Dirceu de Mello reúne-se com a diretoria da APROPUC

res que seguirão seu exemplo de trabalho. Inclusive, contamos com a contribuição inestimável de seu ex-aluno na Diretoria da Apropuc. Externamos nossas condo-

lências aos familiares, amigos e colegas do nosso querido Prof. Dirceu de Mello.

Diretoria da APROPUCSP São Paulo, 24 de fevereiro de 2025.



Faleceu no dia 25/02, o ex-professor da PUC-SP, Carlos Alberto Emilio Leopoldo Lazar. O docente lecionou no Campus Sorocaba por mais de 50 anos, até 2023, quando se aposentou.

O Hospital Santa Lucinda divulgou nota na qual afirma que “É com profundo

pesar que as comunidades acadêmicas da Faculdade de Ciências Médicas e da Saúde (FCMS) e da PUC-SP comunicam o falecimento do professor-doutor Carlos Alberto Emilio Leopoldo Lazar, uma das figuras mais respeitadas e queridas de nossa instituição.

Por mais de 50 anos, o professor Lazar dedicou sua vida acadêmica à FCMS, onde atuou como docente nas áreas de Pediatria e Moléstias Infeciosas desde 1973. Sua trajetória como médico e educador influenciou gerações de profissionais da saúde, deixando um

legado de excelência, humanidade e compromisso com o ensino”.

Em agosto de 2023, na ocasião de sua aposentadoria, Lazar afirmou: “Vou sentir saudade de tudo o que passei pela faculdade, uma definição boa para saudade: é o amor que fica”.

CARLOS ALBERTO EMILIO LAZAR

Abaixo-assinado repudia definição de antissemitismo adotada pela Fundasp

A Fundação São Paulo divulgou nota esclarecendo que o seu Setor de Integridade não encontrou motivos para medidas disciplinares para estudantes e professores que se manifestaram sobre o conflito no Oriente Médio.

Em novembro de 2024, os professores Reginaldo Nasser e Bruno Huberman foram convocados a depor perante o Setor de Ética e Integridade da Fundação São Paulo a respeito de acusação de antissemitismo evidenciado pelas falas dos docentes.

A medida teve grande repercussão tanto interna como externamente, com abaixo-assinados circulando via on-line e moções de solidariedade de associações e personalidades. Na nota divulgada esta semana, a Fundasp esclarece que “Após criteriosa coleta e análise de depoimentos, documentos, vídeos e outros materiais, o Setor de Integridade con-

cluiu que “não foram identificadas situações no âmbito institucional que justificassem a aplicação de medidas disciplinares a docentes ou discentes. Os docentes envolvidos, em suas oitivas, defenderam o direito de autodeterminação dos povos e o respeito aos direitos humanos de todos aqueles que vivem entre o Rio Jordão e o Mar Mediterrâneo, seja na forma de um, dois, ou mais Estados”.

A Fundação decidiu instituir um Protocolo Antidiscriminatório, cujo texto pode ser encontrado na página da Fundasp, que será anexado ao seu Código de Ética. Porém, causou estranheza entre a comunidade, a adoção da definição de antissemitismobaseada no texto da Aliança Internacional para Memória do Holocausto (IHRA, na sigla em inglês). Um grupo de docentes lançou abaixo-assinado na internet no qual afirma que: “A acolhida

pela Fundasp dessa designação foi feita sob a influência da Fisesp e da Stand With Us Brasil (SWU), organizações do lobby israelense que têm atuado em todo o país, ao lado da Confederação Israelita Brasileira (Conib), para levar assembleias legislativas, câmaras municipais, instituições de ensino e demais organizações da sociedade civil a acatarem a conceituação de antissemitismo da IHRA. O Estado e o município de São Paulo já adotaram esta significação”.

Ainda segundo o texto do abaixo-assinado, “A definição de antissemitismo da Fundasp adota trecho da IHRA que afirma que “manifestações contra o Estado de Israel, enquanto coletividade judaica” serão consideradas antissemitas. É antissemitismo responsabilizar um indivíduo judeu, independente da sua ideologia, pelos crimes cometido por Israel. Contu-

do, o protocolo da Fundasp é aberto a interpretações que podem resultar em punições contra docentes, funcionários e estudantes que apresentem uma postura crítica a Israel”.

Finalizando o texto, os signatários reivindicam “a anulação desse Protocolo Antidiscriminatório pela Fundasp e exigimos que seja aberto um processo amplo e democrático, que inclua toda a comunidade puquiiana nas instâncias internas já existentes, dos Centros Acadêmicos ao Conselho Universitário, para o debate e redação de um novo termo.

Acreditamos que esse encaminhamento honra a história da PUC-SP em defesa da democracia e dos direitos humanos”.

A página do abaixo-assinado pode ser encontrada em <https://encurtador.com.br/4JBDg>

**professor e funcionário,
filie-se à sua associação!**

Somente a participação efetiva na APROPUC e AFAPUC garante conquistas superiores à própria Convenção Coletiva, melhores condições de ensino e trabalho, contrato de trabalho diferenciado, manutenção de uma imprensa combativa, luta permanente por uma aposentadoria digna, entre tantas outras conquistas que só podem ser viabilizadas com uma associação forte e atuante.

SUA PARTICIPAÇÃO NA LUTA DE DOCENTES E FUNCIONÁRIOS ADMINISTRATIVOS É FUNDAMENTAL!

ASSOCIE-SE:

PROFESSORES: www.apropucsp.org.br/ficha-de-associacao
 FUNCIONÁRIOS: <https://www.afapuc.org.br/formularios/>

APROPUC  **AFAPUC**

Declaração de repúdio à adoção da definição de antissemitismo da IHRA pela Fundasp

Tendo em vista a publicação do Protocolo Antidiscriminatório, incorporado ao Código de Ética da Fundasp, professores da PUC-SP enviaram uma carta à Fundasp, Reitoria e Conselho Universitário, reivindicando a anulação desse Protocolo Antidiscriminatório pela Fundasp e exigindo que seja aberto um processo amplo e democrático para o debate e redação de um novo termo. Veja abaixo a íntegra do documento.

Após meses de apuração, a Fundação São Paulo (Fundasp), mantenedora da PUC-SP, instituição onde somos docentes, chegou à conclusão que as atividades do Grupo de Estudos sobre Conflitos Internacionais (GECI), coordenado pelos professores Reginaldo Nasser e Bruno Huberman, não realizou práticas antissemitas. Este processo foi aberto após denúncia de estudantes da universidade com o auxílio da Federação Israelita do Estado de São Paulo (Fisesp). Saudamos a decisão da Fundasp na defesa da liberdade de expressão assegurada pela Constituição.

No entanto, em conjunto da decisão, a Fundasp publicou um Protocolo Antidiscriminatório que ressalta apenas uma forma de discriminação: a antissemita. Outras formas de racismo relevantes para a sociedade brasileira e a comunidade puquiã foram ignoradas, como àquela sofrida por negros, indígenas, imigrantes, árabes e muçulmanos. Por exemplo, uma pichação feita

em fevereiro de 2025 em um banheiro da PUC-SP defendeu a “morte aos árabes” e o bombardeio à Gaza.

O antissemitismo é um fenômeno que tem crescido nos últimos tempos por causa da ascensão global da extrema-direita e dos eventos que se seguiram ao ataque palestino de 07 de outubro de 2023. Uma importante parcela dos estudantes e docentes da PUC-SP são judeus e devem se sentir seguros dentro da instituição. A comunidade puquiã, no entanto, foi excluída da redação deste protocolo. Além disso, a Reitoria da PUC-SP e o Conselho Universitário tampouco ratificaram a definição da mantenedora. Este termo parece ter sido publicado para agradar interesses externos à nossa instituição.

Nos chama atenção a fonte utilizada para a definição de antissemitismo: a Aliança Internacional para Memória do Holocausto (IHRA, na sigla em inglês). A acolhida pela Fundasp dessa designação foi feita sob a influência da Fisesp e da Stand With Us Brasil (SWU), organizações do lobby israelense que tem atuado em todo o país, ao lado da Confederação Israelita Brasileira (Conib), para levar assembleias legislativas, câmaras municipais, instituições de ensino e demais organizações da sociedade civil acatarem a conceituação de antissemitismo da IHRA. O Estado e o município de São Paulo já adotaram esta significação. Como resultado do lobby israelense, a Fisesp e a SWU estão atuando junto à Secretaria de Educação do Estado de São

Paulo na revisão dos currículos de História e Geopolítica. O objetivo é que a sua visão sobre os eventos do passado e do presente no Oriente Médio, bastante particulares e favoráveis a Israel, sejam transmitidos para os estudantes como interpretações objetivas da realidade. Isso fere os princípios do “pluralismo de ideias” e da “liberdade de aprender” previstos na Constituição.

A definição de antissemitismo da Fundasp adota trecho da IHRA que afirma que “manifestações contra o Estado de Israel, enquanto coletividade judaica” serão consideradas antissemitas. É antissemitismo responsabilizar um indivíduo judeu, independente da sua ideologia, pelos crimes cometido por Israel. Contudo, o protocolo da Fundasp é aberto a interpretações que podem resultar em punições contra docentes, funcionários e estudantes que apresentem uma postura crítica ao governo ou ao Estado de Israel.

A definição da IHRA tem servido globalmente de instrumento para promover a censura e a perseguição a professores, jornalistas e ativistas solidários à causa palestina. Por exemplo, segundo a IHRA, considerar Israel um projeto baseado no racismo é uma manifestação de antissemitismo. Caso aplicado ao Estado brasileiro, essa definição faria todos aqueles que apontam para o racismo estrutural brasileiro serem acusados de racismo, uma clara inversão de valores com o objetivo de punir e calar vozes dissonantes. Existem diversas mobilizações de judeus e israelenses

ao redor do mundo críticos à IHRA. A Jerusalem Declaration of Antisemitism, redigida em 2021 por intelectuais israelenses, traz uma definição de antissemitismo que desvincula claramente críticas a Israel do ódio aos judeus. Ademais, organizações como o Jewish Voice for Peace, nos EUA, e o Vozes Judaicas por Libertação, no Brasil, tem se oposto à IHRA pois a sua designação promove uma perigosa sobreposição entre Israel, sionismo e judaísmo.

Distinguir o antissemitismo dos demais tipos de racismo implica em estabelecer uma hierarquia entre diferentes formas de discriminação. A referência legal no Brasil, adotada desde 2022, é a Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância. Com 22 artigos, a convenção protege todo ser humano contra a discriminação e a intolerância baseadas em raça, cor, ascendência, origem nacional ou étnica. Portanto, não há a necessidade de estabelecer uma definição particular para o antissemitismo.

Reivindicamos a anulação desse Protocolo Antidiscriminatório pela Fundasp e exigimos que seja aberto um processo amplo e democrático, que inclua toda a comunidade puquiã nas instâncias internas já existentes, dos Centros Acadêmicos ao Conselho Universitário, para o debate e redação de um novo termo. Acreditamos que esse encaminhamento honra a história da PUC-SP de defesa da democracia e dos direitos humanos.

Ministro Flávio Dino participa de Aula Magna no Tuca

Na segunda-feira, 24/02, no Teatro Tuca, aconteceu a Aula Magna de recepção ao ano letivo de 2025. Com o tema “Controle de Constitucionalidade e Processos Estruturais”, a mesa foi composta por: Lais Hera (presidente do Centro Acadêmico 22 de Agosto); Reitor Vidal Serrano; Vice-reitora Carla Longhi e o Ministro Flávio Dino.

O Ministro introduziu o debate destacando o atual cenário da sociedade, marcado pela presença da tecnologia, que traz benefícios, mas também desafios. Ele mencionou as redes sociais e ressaltou que “os algoritmos são vistos como novos senhores”. O ministro alertou sobre a crescente perda de fraternidade, onde o diferente é “exterminado”. O contexto deste cenário impacta, de algum modo, o funcionamento do Poder Judiciário.

Em 2012, a tecnologia ga-



Acima a mesa da aula magna do ministro Flávio Dino que contou com a presença de Lais Hera, presidente do CA 22 de Agosto do Reitor professor Vidal Serrano e da Vice-reitora Carla Longhi; no destaque o público que lotou o Tuca



Shirane Martos

nhou protagonismo e as redes sociais ganharam destaque, o que exigiu a adaptação do poder jurídico dentro deste contexto. Em 2014, foi sancionado o Marco Civil da Internet. Flávio Dino criticou as empresas de tec-

nologia, destacando que elas precisam estabelecer filtros internos dentro das plataformas para impedir conteúdos com discursos de ódio, homofóbicos e racistas. O ministro enfatizou que essas empresas não devem esperar uma ordem do

Supremo Tribunal Federal para remover esse tipo de publicação, e sim agir com responsabilidade.

A precarização social, dificuldade do mundo do trabalho também foram debatidas como temas de interesse do jurídico.

Mantenedoras ameaçam direitos dos professores nas negociações salariais

O Sinpro-SP divulgou nota a respeito da primeira rodada das negociações salariais com um alerta do professor Celso Napolitano, presidente do sindicato: “Os nossos direitos estão em risco”, adverte o professor. As mantenedoras apresentaram uma pauta de reivindicações patronal, na qual rebaixam direitos conquistados pelos docen-

tes. Os patrões concordaram com a vigência das cláusulas da Convenção de 2024 após 28 de fevereiro, mas somente até até 30 de abril. Também se opuseram ao mútuo acordo, que permite que ambas as partes ingressem no TRT (Tribunal Regional do Trabalho) em caso de fracasso das negociações.

Os professores reivindicam

como cláusulas econômicas um reajuste salarial pela média do INPC e da FIPE, de março de 2024 a fevereiro de 2025 (a estimativa é de que esse índice gire em torno de 4,5%), mais aumento real de 2,5%; Participação nos Lucros e Resultados (PLR) ou abono de 18% (a ser pago até outubro); aumento da hora atividade de 5% para

10%, além de vale-alimentação e vale-refeição. A assembleia também aprovou o valor de R\$ 50,00 por hora aula como piso salarial para os docentes.

Por tudo isso, a diretoria do Sinpro-SP conclama os professores para que fiquem atentos e mobilizados para mais uma campanha que vislumbra-se muito complicada.